



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

ERNESTO GEISEL

DISCURSOS

VOLUME VI

1979

ASSESSORIA DE IMPRENSA
DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Fevereiro de 1979

ERNESTO GEISEL

DISCURSOS

VOLUME VI

1979

ASSESSORIA DE IMPRENSA
DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

1979

1.º DE JANEIRO DE 1979

DISCURSO EM CAMPO GRANDE-MS, POR OCASIÃO
DA INSTALAÇÃO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO
SUL

Em 11 de outubro de 1977, tive a honra de sancionar a Lei Complementar n.º 31, que criou o Estado de Mato Grosso do Sul.

Hoje, aqui estou em sua Capital — a dinâmica cidade de Campo Grande — para presidir atos integrantes das solenidades de instalação do novo Estado, configurando o surgimento da 27.ª unidade da República Federativa do Brasil.

As grandes transformações econômicas e sociais vividas pelo país nas últimas décadas vêm criando novas realidades geográficas, com repercussões importantes na forma de organização do espaço nacional.

Logo no início do atual Governo, pela Lei Complementar n.º 20, procedeu-se à fusão, no atual Estado do Rio de Janeiro, dos antigos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, já praticamente consolidada. Há pouco mais de um ano criava-se o Estado de Mato Grosso do Sul cujos Poderes Constituinte, Judiciário e Executivo agora temos instituídos.

Num e outro caso, modificou-se a geografia política do Brasil, procedendo-se com objetividade e realismo com olhos voltados para os interesses maiores do desenvolvimento nacional.

O Brasil vem ocupando, de forma ordenada, os espaços vazios do Centro-Oeste e da Amazônia. Esse processo de avanço gradual da fronteira produtiva

gerando novas riquezas, criando, expandindo e consolidando cidades, vai favorecendo o progresso da região que adquire, pouco a pouco, uma identidade própria, características peculiares, centro dinâmicos, polarizadores e irradiadores de desenvolvimento.

São fenômenos que em nada afetam, antes enriquecem, pela diversidade regional, pelo adensamento da ocupação territorial, pelos elos de integração inter-regional que solidificam a profunda unidade política, social e cultural do país.

Desenha-se, hoje, com nitidez no contexto do federalismo brasileiro, a região que constitui o território do novo Estado, justificando-lhe a existência como unidade da Federação. Com autonomia, inicia ele a formação de seus poderes públicos acontecimento histórico de grande significação política sem dúvida para todo o país e, em particular, para o Centro-Oeste.

A criação do Estado de Mato Grosso do Sul deve ser entendida como o reconhecimento político de uma realidade econômica e social. Como uma decisão que vem atender a vontade de seu povo, que, ao mesmo tempo, objetiva melhor integração nacional e a consolidação da ocupação da Região Centro-Oeste, que beneficia também o próprio Estado de Mato Grosso — visto como poderá este dedicar-se, doravante, com o apoio da União ao melhor aproveitamento de seu imenso território e à exploração de suas grandes potencialidades de desenvolvimento.

Antevejo, para o novo Estado Brasileiro, promissor futuro. De seu povo e de seu Governo, estou certo, muito esperam todos os brasileiros.

Mato Grosso do Sul possui, com efeito, extraordinária vocação para o desenvolvimento agropecuário e agroindustrial. Com cerca de 350 mil km², 1,4 milhão de habitantes, região de ocupação agrícola intensa relativamente recente, localiza-se estrategicamente em relação aos Estados de São Paulo e do Paraná. Na verdade, seu desenvolvimento dos últimos anos deve-se, em grande medida, aos efeitos dinamizadores propiciados pela contiguidade com aqueles dois Estados.

A fertilidade dos solos da região de Dourados e as grandes possibilidades agrícolas do Cerrado reservam-lhe importante papel como supridor de produtos da agropecuária, tanto para exportação, através dos corredores de transportes que, partindo de Santos como de Paranaguá, penetram seu território.

Do outro lado, Mato Grosso, hoje com cerca de 881 mil km², mais de 10% do território do país e quase 1 milhão de habitantes, possui região como a Baixada Cuiabana, as de Rondonópolis, Barra do Garças e Cárceres, que vêm apresentando grande projeção, detêm vastas áreas de cerrados e grandes são as suas potencialidades quanto ao aproveitamento mineral, hídrico e florestal.

E a toda a imensa região englobando ambos os dois Estados que vêm sendo objeto no atual Governo de apoio especial por parte da União, através, sobretudo, dos programas de desenvolvimento regional em execução, o programa de desenvolvimento dos cerrados (Polocentro), o programa de pólos agrominerais e agropecuários da Amazônia (Polamazônia), o programa de desenvolvimento do Pantanal e o programa especial da

Região da Grande Dourados. Particularmente importantes para o Estado de Mato Grosso são os incentivos fiscais do Finam e do PIN e Proterra, que foram recentemente estendidos a todo o seu território, tanto como instrumento de consolidação da infra-estrutura como de apoio ao desenvolvimento das atividades produtivas.

A partir deste ano, os programas especiais de que trata a Lei Complementar n.º 31, com recursos assegurados, para o corrente exercício, num montante de Cr\$ 2 bilhões (exclusive crédito e incentivos fiscais do Finam), deverão propiciar a ampliação do esforço de desenvolvimento representado pelos quatro programas regionais antes referidos e conferida atenção especial a setores como transportes, desenvolvimento urbano, agroindustrial, desenvolvimento rural, educação e saúde, além do apoio financeiro direto aos dois Estados particularmente a Mato Grosso.

Desde a fase inicial dos estudos que precederam o envio, ao Congresso Nacional, do projeto de Lei Complementar objetivando a criação do Estado de Mato Grosso do Sul, esforcei-me pessoalmente para que o processo de desmembramento dela resultante se fizesse de modo ordenado, sem provocar quebra de continuidade no desenvolvimento regional. A comissão especial prevista no Artigo 48 da Lei Complementar n.º 31 e criada pelo Poder Executivo Federal com representantes dos dois Estados, atende a esse objetivo principal, além de assessorar o Governo da União no encaminhamento das necessidades e medidas de apoio técnico e financeiro.

Sei que muito já foi feito com vistas a esse objetivo durante o ano passado, e que a comissão especial vem desempenhando a contento sua missão.

O mais importante porém deverá ser feito a partir de hoje, quando se instala o Governo deste Estado ao qual compete, conjuntamente com o Governo do Estado de Mato Grosso, cuidar em que as dificuldades naturais do desmembramento sejam superadas com harmonia e eficiência, para benefício comum. Não lhes faltarão assistência e apoio por parte do Governo Federal, como manda a própria lei.

Essencial, nessa fase de transição político-administrativa que viverão os dois Estados, será a permanente e ativa participação de toda a população, dos políticos, dos empresários, das classes liberais, dos técnicos, dos estudantes, dos trabalhadores das cidades e do campo, de todas as lideranças sociais dos dois Estados, unidos todos pelo ideal de ver Mato Grosso e Mato Grosso do Sul contribuindo juntos, agora com vigor e entusiasmo renovados, pelas novas responsabilidades, para o desenvolvimento e a grandeza do Brasil.

Sei da dedicação com que se preparou para suas elevadas funções o Governador hoje empossado, Harry Amorim Costa. Como sei que o atual Governador de Mato Grosso Cássio Leite de Barros, e o Governador eleito, Frederico Carlos Soares de Campos, vêm enviando o melhor de seus esforços para que tudo continue ocorrendo como até agora dentro da mais absoluta normalidade e de ampla compreensão mútua.

De outra parte, a comissão especial prosseguirá acompanhando as medidas decorrentes da criação do

novo Estado e proporá ao Governo da União as providências que julgar oportunas, sejam as relacionadas aos programas previstos, sejam as de apoio financeiro adicional, as de ordem administrativas e política de pessoal e orçamentária.

Cabe, entretanto, ressaltar mais uma vez que a responsabilidade maior para o êxito do processo de desmembramento repousará no esforço do povo dos dois Estados, na sua capacidade empreendedora, no descortínio de seus líderes, na participação consciente e responsável de todas as camadas da população. Sem isso, nenhuma forma de cooperação que o Governo Federal possa dar, imprescindível, aliás, nesta fase de transição, renderá frutos duradouros.

Ao promover a criação do Estado de Mato Grosso do Sul, o fiz movido pela idéia de que esta seria a decisão mais adequada e oportuna para o desenvolvimento econômico e social de grande área do Centro-Oeste brasileiro.

Auscultando a opinião, os anseios, o ânimo do povo matogrossense convenci-me de que tal solução era consentânea com os interesses de todôs e correspondia à vontade popular.

Ao participar desta festa na engalanada Capital de Mato Grosso do Sul, solidifica-se em mim esta certeza. E, com felicitações ao povo e aos poderes públicos do novo Estado, transmito-lhes a mensagem do Governo Federal de confiança, esperança e otimismo no grande empreendimento que hoje aqui se inicia.

IMPROVISO NO PALÁCIO DO PLANALTO, POR OCASIÃO DO RECEBIMENTO DO GRANDE COLAR DA ORDEM DO MÉRITO INDUSTRIAL, NA AUDIÊNCIA CONCEDIDA AOS MEMBROS DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA.

Eu agradeço muito sensibilizado esta honra que me dão, conferindo-me este Grande Colar, como agradeço também as suas palavras, que me tocam fundo pelo reconhecimento daquilo que me foi possível fazer na Presidência da República, e pelos conceitos que estão aí retratados em relação à minha pessoa. Não sei se são certos, se são verídicos, mas acredito que sejam sinceros.

Desde o início, nas minhas primeiras declarações, quando fui escolhido candidato ao cargo de Presidente da República, fiz questão de assinalar que considerava o cargo honroso, mas que isso constituiria uma missão, que o dever me impunha e o destino me reservava, e cabia a mim cumprir. Foi com essas palavras que eu me despedi da Presidência da Petrobrás. Achei que era um cargo que não se postulava, mas que a gente recebia como uma incumbência, um dever. Mesmo porque, na altura da vida em que eu estava, eu não podia ser movido por ambições ou por desejos acima daquilo que tinha sido até então. Nessas condições, eu vim para cá para cumprir a missão que me cabia dentro da conjuntura, dentro do quadro que se apresentava, tendo em vista fazer do Brasil um país cada vez melhor. Empenhei-me, trabalhei todos estes anos com esse objetivo, sem particularismos, sem amigos e sem inimigos, colocando sempre acima de tudo o inte-

resse realmente de nosso país. Estou, pois, com a consciência tranqüila, de ter feito tudo aquilo que me era possível fazer. Sei que muito ainda precisa ser feito, sei que muito deixou de ser feito. Sei que nem sempre foi possível atender tudo que se reivindicava, mas sei também que sempre a atuação governamental se pautou pela preocupação, dentro das diferentes categorias sociais, dentro das suas diferentes classes, dentro de seus setores de atividade, de estabelecer adequado equilíbrio.

No que se refere particularmente à indústria, os resultados que estão aí, em parte, se devem ao Governo, mas se devem em grande parte aos próprios empresários, por que não dizer, à própria Confederação Nacional da Indústria, como se devem também, em parte, substancial, à força de trabalho, aos homens que trabalham, aos nossos operários, em todos os setores de suas atividades.

Acho que nestes cinco anos o Brasil cresceu muito do ponto de vista industrial. Nós desenvolvemos as indústrias de capital, nós nos preocupamos em desenvolver as indústrias relacionadas com os insumos básicos e sobretudo asseguramos à nossa indústria elementos fundamentais para o seu desenvolvimento: energia elétrica, através da expansão, que se tem realizado no sistema e que continua com os projetos em curso, e bem assim, ao lado desse problema da energia elétrica, outros fatores fundamentais. Um, o desenvolvimento do mercado interno, que se ainda é precário, é baixo pelo nível que vive a nossa população, inquestionavelmente, cresceu. Cresceu não só em quantidade de população, mas cresceu em capacidade dessa população de adqui-

rir bens de consumo. De outro lado, asseguramos à Indústria determinada proteção em relação ao similar estrangeiro. Mais do que isto, abrimos à indústria o mercado externo, através de adequados incentivos. E os resultados estão aí, nas exportações que se verificaram no ano passado, em que os produtos industrializados tiveram um papel de grande relevância. É claro que a indústria sofreu, sofreu em função da inflação, sofreu no que se refere ao crédito, às taxas altas de juros que teve de pagar pelos seus empréstimos. Sofreu na limitação dos seus preços. Mas de qualquer forma, dentro da conjuntura mundial e da conjuntura nacional, creio que os resultados podem ser considerados positivos. Basta ver o grau de participação que a indústria nacional tem nos nossos empreendimentos, o grau de nacionalização que atingimos na nossa indústria siderúrgica, nos equipamentos necessários à expansão da indústria siderúrgica, o grau de nacionalização que atingimos nos equipamentos necessários à expansão da produção de energia elétrica, o grau de nacionalização dos equipamentos que hoje em dia a Petrobrás necessita — e assim por diante. Atingimos um estágio bastante avançado. Teremos que continuar dentro do possível e consolidar, sobretudo, aquilo que já atingimos. Nesse sentido, os meus votos são de que a C.N.I. continue a conviver com o Governo como tem convivido até hoje e que o próximo Governo possa contar com a colaboração, com o apoio e o esclarecimento dos senhores empresários, das suas entidades de classe, tão necessárias para que este país continue a progredir.

Agradeço muito pela homenagem que me fazem e torno a dizer que ela me sensibiliza extraordinariamente. Muito obrigado.



1.º DE FEVEREIRO DE 1979

IMPROVISO NO PALÁCIO DO PLANALTO, AO RECEBER A VISITA DA DIRETORIA DO CLUBE DE REGATAS VASCO DA GAMA, DO RIO DE JANEIRO-RJ.

Agradeço as lembranças e as palavras dos senhores. Eu tenho me preocupado com o problema do esporte no Brasil, sobretudo com a educação da nossa juventude, do ponto de vista físico e do ponto de vista intelectual. Geralmente abandonamos o físico. Esse desenvolvimento fica por conta de cada um e, de acordo com o maior ou menor gosto ou prazer que os jovens têm. Por isso, creio que o Brasil é um país ainda muito atrasado no que se refere ao seu desenvolvimento físico, isto comparado com outros países. E por isso mesmo preocupei-me com certos problemas, inclusive com o aspecto profissional. Afinal, nós ressentimos muito a falta de uma legislação adequada. É possível que aquilo que se fez ainda seja imperfeito, ainda não satisfaça, realmente, as necessidades que os esportistas tenham efetivamente, mas, a gente sempre tem que começar, não pensar em fazer obras perfeitas e esperar que a continuidade e o tempo indiquem as falhas e a maneira de corrigi-las. Neste quadro, sei que o Vasco tem um papel destacado, pela sua tradição, pelo que ele representa no conjunto nacional e pela quantidade de pessoas que ele congrega em torno de si. E foi também dentro deste espírito que eu acolhi a proposta que me fizeram de ceder ao Vasco aquela área de terreno, sobretudo tendo em vista a finalidade que acaba de ser mencionada.

Estou muito honrado pelo título de sócio honorário que me dão. Sabem que eu não sou vascaíno e tenho minhas preferências pelo Botafogo. Aliás, não sou sócio do Botafogo, mas sou mais ou menos vinculado ao Botafogo há muitos anos. Mas, eu agora tenho uma vantagem sobre os dois times: tenho dois clubes para torcer. E eu tenho um exemplo, no meu círculo de amizade: Tenho um amigo que teve a grande habilidade de ser vascaíno e ser fluminense ao mesmo tempo. É um médico muito ligado ao Vasco e muito ligado ao Fluminense, de modo que quase sempre é campeão. Ele tem facilidade de torcer, de uma maneira geral, exceto quando os dois times jogam. Mas, aí, ele fica satisfeito com a vitória de qualquer um dos dois. Então, o meu problema, também, fica um pouco facilitado porque eu agora posso torcer pelo Vasco e não apenas pelo Botafogo.

Muito obrigado pela presença e pelas lembranças que me trazem e os meus votos são de que o Vasco continue progredindo em todos os ramos em que ele está engajado, sobretudo na sua obra educacional, na sua obra social que se desenvolve como uma instituição que é realmente importante para o País. E que o exemplo do Vasco frutifique em outras agremiações semelhantes. Muito obrigado.

15 DE FEVEREIRO DE 1979

DISCURSO NO CLUBE NAVAL DE BRASÍLIA, POR
OCASIÃO DO JANTAR OFERECIDO PELOS CHEFES
DE MISSÕES DIPLOMÁTICAS.

Senhor Núncio Apostólico,
Senhores Chefes de Missões Diplomáticas,
Excelentíssimas Senhoras,
Senhores,

Muito nos sensibiliza, a minha mulher e a mim, a homenagem com que Vossas Excelências nos fizeram distinguir ao se aproximar o final do meu mandato. Muito nos tocaram as suas palavras, Senhor Núncio Apostólico. Em longo do meu governo pude testemunhar a colaboração que Vossas Excelências, invariavelmente, prestaram no exercício de suas delicadas funções. Não lhes terá faltado, estou certo, da parte do meu governo, invariável apoio. Orgulho-me do povo brasileiro, generoso de sentimento, hospitaleiro e autêntico em sua crença de poder desenvolver as potencialidades de sua pátria. Havendo assim compreendido o povo brasileiro Vossas Excelências terão, igualmente, verificado que a política externa que praticamos não é senão o reflexo da realidade nacional que vivemos. E por viver com intensidade essa realidade é que sabemos apreciar devidamente a atuação de outros Estados, sempre que buscam compartilhar conosco experiências de recursos, quer humanos, quer materiais. Não é outro o espírito que o Brasil também compartilha com países amigos suas experiências e recursos, dentro dos limites que nos impõem nossa maneira de ser e o vulto de nossa disponibilidade.

Vossas Excelências, Senhores Chefes de Missões Diplomáticas acreditadas em Brasília, muito ajudaram meu governo nesse propósito que nos é comum, de estreitar nosso relacionamento bilateral. Sou-lhe muito grato por essa cooperação.

Permitam-me, assim, que brinde a saúde de Vossas Excelências e de suas Excelentíssimas Senhoras, ao renovar com os agradecimentos de minha mulher e meus votos sinceros de que as relações entre todos os países, se aprimorem, continuamente, de modo a nos aproximar cada vez mais da paz, objetivo, como bem o sabem, sempre está presente na política do Brasil.

1.º DE MARÇO DE 1979

INTRODUÇÃO À MENSAGEM AO CONGRESSO NACIONAL

Senhores Membros do Congresso Nacional:

Cumprindo preceito legal, tenho mais uma vez a honra de submeter ao Congresso Nacional esta Mensagem em que se registram os resultados alcançados pelo Governo, nas várias esferas de sua atividade político-administrativa, durante o ano findo de 1978.

Em se tratando do último relatório desse tipo que me cabe apresentar, pois se exaure a curto prazo o mandato presidencial a mim deferido, natural é que, a par dos dados relativos àquele ano, se recapitem aqui indicadores globais do que foi possível realizar em todo o período 1974-1979.

Por mais que possam estar aquém dos projetos iniciais, frustrados em parte por contingências negativas de uma conjuntura que, tanto no plano interno como, sobretudo, no âmbito internacional, se evidenciou bem pouco favorável, alinhos aqui com a tranqüila satisfação íntima de quem está seguro de haver cumprido o seu dever, sem desfalecimentos quaisquer nem compromissos secundários de qualquer ordem, antes atento apenas aos superiores interesses de nosso povo e da nação brasileira, tais como delineados na perspectiva governamental — imperfeita por certo, mas indubitavelmente honesta e serena.

Em pronunciamento à Nação, feito no limiar de 1979, busquei caracterizar a conjuntura internacional em palavras que bem merecem aqui lembradas.

Dizia eu:

«O quadro mundial, apesar dos esforços de eminentes líderes responsáveis, continuou ainda conturbado. Poucos avanços foram alcançados com vista à solução de graves e persistentes conflitos políticos, econômicos e sociais, declarados ou em estado potencial entre países e no âmbito interno de muitos destes. Mesmo as nações mais desenvolvidas não conseguiram recuperar-se, satisfatoriamente, da crise surgida em 1973. Na verdade, os últimos cinco anos representaram, para todo o mundo ocidental, o período econômico mais difícil de que se tem registro desde a 2.^a Guerra.

«Nos países industrializados, as taxas de crescimento do produto real caíram à metade, enquanto duplicavam as da inflação, comparativamente aos dez anos precedentes. Os desequilíbrios do balanço de pagamentos, continuamente alimentados pelos altos preços do petróleo, alastraram-se por todo o mundo, não apenas causando dificuldades aos países em desenvolvimento, mas também abalando as moedas de maior prestígio no cenário internacional. Palavras que pareciam banidas da descrição das economias modernas, como recessão, desemprego e protecionismo, ressurgiram ameaçadoramente nos países desenvolvidos.

«Era inevitável que esse quadro se refletisse desfavoravelmente sobre o Brasil, dado o alto grau de interdependência dos países, característico dos dias atuais e

agravado pelos nossos próprios problemas internos, dentre os quais avultam os decorrentes do crescimento demográfico de 3.000.000 de pessoas anualmente e, pois, a responsabilidade de atender às necessidades de 60 milhões de jovens com idade inferior a 18 anos e de criar 1 milhão e 300 mil novos empregos todo o ano.»

E concluía, para 1978, em termos que se podem estender a todo o período de meu mandato governamental:

«Não obstante, ... conseguimos resultados favoráveis na maioria dos setores da vida nacional, não tanto quanto esperávamos, mas certamente bem mais do que muitos outros países. Tivemos ordem interna, bom relacionamento com o exterior, moderado mas efetivo progresso econômico e social e avanços marcantes na área do desenvolvimento político.»

*

* *

De fato, no campo econômico, durante os últimos cinco anos, a economia continuou crescendo, em ritmo embora menos intenso do que o registrado até 1973; evitou-se o desemprego, com suas indesejáveis seqüelas sociais; procurou-se obter, gradativamente, o reequilíbrio do balanço de pagamentos; e os efeitos da inflação sobre os salários foram neutralizados, logrando-se aumento real no seu poder de compra. Mais importante, as modificações operadas na estrutura da economia encaminharam soluções promissoras para os desequilíbrios gerados no setor externo, principalmente pela elevação dos preços do petróleo. Os custos sociais

inevitáveis da opção estratégica adotada — expansão da dívida externa, persistência da inflação — foram, certamente, muito menores que os decorrentes de uma recessão e desemprego.

Os principais resultados econômicos alcançados com a execução da estratégia de desenvolvimento posta em prática em 1974-1978 foram, globalmente, satisfatórios.

O produto interno bruto (PIB) atingiu, em 1978, US\$ 192 bilhões (preços de 1978) crescendo, de 1973 a 1978, 41% — 7,1% ao ano —, enquanto o dos principais países em desenvolvimento cresceu cerca de 13%, no mesmo período (2,5% anualmente).

O PIB per capita cresceu 23%, em cinco anos (4,1% ao ano), atingindo, em 1978, US\$ 1,650.

O investimento bruto fixo cresceu, em 1973-1978 — 51%; o consumo global — 45%; o produto da indústria — 46%; o da agropecuária — 26% (para um crescimento da população, no mesmo período, de 15%).

As exportações apresentaram crescimento de 104%, em dólares correntes, entre 1973 e 1978, apesar do pequeno dinamismo do comércio internacional e da grande escalada protecionista em muitos países desenvolvidos; o crescimento das exportações de manufaturados foi da ordem de 254%, elevando-se sua participação, nas exportações, de 23% em 1973 para 40% em 1978.

Em contrapartida, o valor das importações em dólares correntes foi mantido virtualmente constante entre 1974 e 1978, reflexo tanto da contenção como do esforço de substituição de mercadorias importadas.

O *deficit* da balança comercial decresceu de US\$ 4,7 bilhões em 1974 para US\$ 2,2 bilhões em 1976 e apresentou ligeiro *superavit* em 1977. O *deficit* de 1978, de US\$ 1 bilhão, deveu-se aos reflexos, principalmente sobre as exportações, das secas que castigaram as lavouras do Sul do País, particularmente a soja.

O *deficit* em conta corrente do balanço de pagamentos, de US\$ 7,1 bilhões em 1974, reduziu-se para US\$ 3,9 bilhões em 1977 e US\$ 5,7 bilhões em 1978.

Em consequência da estratégia de reequilíbrio gradual do balanço de pagamentos, a dívida externa bruta inclusive a das empresas privadas atingiu, em 1978, US\$ 43 bilhões; no entanto, é de ressaltar-se que as reservas do País alcançaram US\$ 12 bilhões em 1978, com a dívida externa líquida equivalendo, portanto, a US\$ 31 bilhões (2,5 vezes o valor das exportações, em 1978). Ademais, o problema do endividamento externo atenuou-se tendo em vista seu adequado perfil de amortização.

Fora outro o desempenho da agricultura — cujo produto decresceu 1,8% em 1978, relativamente a 1977 — e teria sido possível reduzir ainda mais a inflação, que diminuía de 46,3% em 1976 (Índice Geral de Preços) para 38,8% em 1977, elevando-se para 40,8%, em 1978. Importante é ressaltar, a propósito, que, o ano passado, enquanto o Índice de Preços por Atacado apresentou elevação de 42,3%, o aumento dos produtos industriais nele incluídos foi de 39,9%, enquanto os preços agrícolas cresceram 47,6%.

Mais alguns dados estatísticos, respigados da ampla enumeração constante do corpo desta Mensagem,

valem aqui alinhados ainda, setoriais embora, por sua significação especial no permitir avaliação mais correta do esforço realizado, durante o quinquênio, no campo econômico.

Assim, na agricultura, mencione-se que a área cultivada se expandiu em cerca de 7 milhões de hectares, a metade dos quais através do desenvolvimento surpreendente dos cerrados pelo programa do POLOCENTRO. A assistência técnica ao homem do campo passou a exercer-se já em 3.100 municípios, mobilizando um total de quase 10.000 especialistas. Na comercialização, só o sistema de Cadeias Voluntárias está em condições de atender, agora, a um potencial de 38,5 milhões de consumidores. E, no armazenamento, a capacidade estática da armazenagem a meio ambiente cresceu 108%, enquanto a armazenagem a frio aumentou de 85%.

Por outro lado, procurou-se ativamente a regularização fundiária, discriminando-se, no período, 23 milhões de hectares e entregando-se 103.000 títulos de posse da terra.

No campo industrial, elevou-se significativamente o índice de nacionalização de máquinas e equipamentos, entre 1973 e 1977, passando: de 67 para 96 no setor das máquinas rodoviárias, têxteis e pontes rolantes; e de 30 para 80% em turbinas e geradores. Enquanto no exterior a produção siderúrgica estagnou-se, entre nós veio a apresentar um crescimento de 69%. Os índices de expansão foram de 117% no setor petroquímico de base; de 305%, para fertilizantes fosfatados; de 175% tanto em soda cáustica como em cloro; e de 72% na produção de cimento.

Quanto ao setor energético, as reservas de petróleo, apesar da atividade muito acrescida em pioneiras áreas *off-shore*, expandiram-se de apenas 44%, o que, considerada de outro lado a crise mundial altamente preocupante, levou o Governo à grave decisão de promover contratos de risco com as necessárias salvaguardas. A capacidade de refino elevou-se, no entanto, de 73%, atingindo a marca de 1.265.000 barris/dia.

Em energia elétrica, a potência instalada cresceu de 65% atingindo 25,4 milhões de KW; em comparação, as grandes obras e projetos em curso virão praticamente a duplicá-la, com os 12,6 milhões de Itaipu e 3,3 milhões das usinas nucleares de Angra dos Reis.

O uso de carvão mineral nas indústrias ampliou-se, intensificando-se também a pesquisa, com o que as reservas triplicaram (de 6,8 a 21 bilhões de toneladas), em boa parte minério de qualidade superior.

Outras alternativas de energia mereceram atenção redobrada, tanto o xisto com a usina de processamento de São Mateus (8.000m³ de óleo por dia), quanto o álcool cuja produção se acresceu de 3 bilhões de litros e deverá atingir 5 bilhões de litros dentro de três anos.

As reservas de urânio, medidas e inferidas, totalizam hoje 124.000 toneladas métricas. E o projeto de Poços de Caldas para produção de diuranato de amônio (yellow cake) continua em sua implantação.

No setor dos transportes, assinala-se que a média anual de toneladas-quilômetro úteis cresceu 59%, atingindo 22,4 bilhões, o que, considerada a redução de pessoal da Rede Ferroviária de 113 mil para 92 mil empregados, traduz um notável aumento de 123% na produtividade do sistema.

Em comunicações, elevado foi o grau de eficiência atingido. O total de telefones em serviço passou de 2,4 milhões em 1973 para 5,8 em 1978, enquanto a rede de telex cresceu de 4.000 terminais em 1974 para 24.000.

*

* *

No *campo social*, pode-se afirmar ter sido satisfatório o grau de desenvolvimento alcançado, a despeito das dificuldades enfrentadas pela economia brasileira.

No que respeita ao emprego, destaque-se a criação, no período 1973-1978, de cerca de 5,4 milhões de empregos (mais de 1 milhão de novos empregos por ano). Enquanto a população total do País crescia 101,4 milhões para 116,4 (aumento de 15%), a população ocupada crescia, pelas estimativas disponíveis, de 31,8 milhões para 37,2 milhões (aumento de 17%).

Observou-se, ademais, grande redução da pobreza absoluta, tanto para pessoas como para famílias, no meio rural como no urbano. O número de pessoas ocupadas com rendimento de até 1 maior salário mínimo reduziu-se de 16,0 milhões em 1970 para 13,8 milhões em 1972 e 12,7 milhões em 1976. O número de famílias com renda de até 2 maiores salários mínimos caiu de 11,9 milhões em 1970 para 11,3 milhões em 1972 e 10,4 milhões em 1976 (69%, 62% e 46%, respectivamente, do total de famílias).

Observe-se ainda que, entre 1970 e 1976, houve aumento do maior salário mínimo real de pelo menos 6%, no caso do Rio de Janeiro.

Constate-se, também, que, a despeito de permanecer elevadas as desigualdades pessoais na distribuição da renda, há indicações de que a tendência observada de seu agravamento, entre 1960 e 1970 — prolongando-se até 1972 — estaria se modificando sensivelmente nos últimos anos. Ademais, o crescimento da renda média dos mais pobres, entre 1972 e 1976, foi maior que a dos mais ricos. Nesse período, de acordo com os dados disponíveis, por exemplo, para a população economicamente ativa urbana com renda, o aumento médio real, para todas as classes, foi de 15%. Os dois decis mais pobres, no entanto, apresentaram aumento real de 46 e 43%, enquanto os dois decis mais ricos tiveram crescimento de renda de 19 e 14%.

Quanto aos gastos públicos nos setores sociais, cabe referir a realização, em 1974-1978, pela União e pelos Estados, de dispêndios em valorização de recursos humanos (educação, saúde, saneamento, trabalho e treinamento profissional) da ordem de Cr\$ 766 bilhões (preços de 1978). Em educação e saúde, os dispêndios da União cresceram 106% e 138%, respectivamente, em termos reais, entre 1973 e 1978.

Na execução da política de integração social, foram despendidos, em 1974-1978, pela União, em previdência social (exclusive assistência médica) cerca de Cr\$ 573 bilhões (a preços de 1978), com crescimento real de 132%, entre 1973 e 1978. Nos programas habitacionais do BNH, foram aplicados, no quinquênio, Cr\$ 456 bilhões (preços de 1978), com crescimento real de 106% entre 1973 e 1978. Com a reformulação do PIS—PASEP, foi possível, em 1977, distribuir abono

salarial anual (14.º salário), no valor de um salário mínimo regional mensal, a 6,4 milhões de trabalhadores. Em 1978, cerca de 8,7 milhões de trabalhadores retiraram esse benefício.

Os resultados alcançados foram devidos, em grande parte, à criação do Ministério da Previdência e Assistência Social, desmembrado do Ministério do Trabalho, e à reestruturação de fundo introduzida no sistema da previdência e assistência social, com a unificação de serviços e controles integrados. Só assim foi possível atender a uma clientela que cresceu vertiginosamente — os segurados urbanos passando de 12 a 23,4 milhões e a população atendida pela assistência, de 37,9 a 62,9 milhões, tendo sido pagos, só em 1978, 125 milhões de benefícios.

Por outro lado, o desenvolvimento social urbano apresentou grande progresso. Os domicílios com abastecimento de água aumentaram do índice percentual de 63 para 77; o esgoto sanitário beneficiou 43% dos domicílios; e quase a 90% atingiu o total de residências servidas por energia elétrica.

Atesta o que foi todo o esforço realizado nos setores de saúde, através de campanhas de vacinação em massa, de combate intensivo às endemias e do saneamento urbano e rural, do trabalho, educação, desporto e lazer, o fato de que a expectativa de vida média do brasileiro subiu de 59 anos em 1973 para 63 anos em 1978. Saliente-se, ademais, que, em São Paulo, a mortalidade infantil decresceu de 8,6 para 6,7 por mil.

*

* *

No *campo internacional*, a política externa brasileira desenvolveu-se em cenário marcado por elevado grau de instabilidade. A par de persistente crise econômica que a todos os países afetou, a política internacional caracterizou-se pela busca, às vezes traumática, de novos equilíbrios político-estratégicos, nos planos global e regional.

As conseqüências dessa crise internacional e das reações desorganizadas e inconstantes que ensejou foram sentidas, de forma particularmente aguda, pelos países em desenvolvimento.

Embora a reestruturação da economia mundial seja premissa indispensável à retomada de um crescimento sustentado e estável, escassos progressos foram alcançados nesse caminho e, especialmente, nos esforços para a criação de condições internacionais que contribuam para a superação das desigualdades políticas e econômicas que separam países desenvolvidos e em desenvolvimento. Entre estes, só alguns poucos — inclusive, felizmente, o Brasil — puderam reunir condições materiais satisfatórias e a determinação política de combater a estagnação e a pobreza.

Por outro lado, desenvolveram-se, em íntima conexão com a instabilidade da economia internacional, variáveis políticas que, em seu conjunto, anularam os esquemas bipolares de poder. A influência cada vez mais marcante de diversos centros de irradiação política e econômica, tanto no mundo industrializado, quanto em outras áreas, é fenômeno que não pode ser ignorado. Refiro-me não apenas à renovada vontade política que os países da Europa Ocidental e o Japão hoje demonstram, mas também à emergência interna-

cional da República Popular da China. Refiro-me, ainda, a vários países em desenvolvimento, cuja acrescida capacidade política e econômica os credencia a participar, de modo mais direto e atuante, nas decisões internacionais. Esse processo de redistribuição de responsabilidades, que inicialmente afetava apenas algumas situações regionais, já agora contribui, de maneira importante, para a transformação do próprio equilíbrio global.

Ao lado desses fatores de dinamismo, porém, subsistem situações que dificultam a evolução da política internacional. O próprio abrandamento das tensões internacionais, ou seja a détente, que, de início, parecia um primeiro estágio na busca de uma ordem internacional mais segura, transformou-se numa estrutura de longa duração, baseada em permanente rivalidade nuclear, no congelamento da situação européia e na competição pela influência no Terceiro Mundo, particularmente na África Meridional e no Oriente Médio. Acima dos persistentes confrontos e conflitos localizados, continua suspensa sobre toda a humanidade a ameaça de destruição decorrente da corrida armamentista nuclear, principalmente entre as superpotências.

A execução da política externa do Governo foi influenciada, como é natural, pelo contexto que acabo de referir. Os países da América Latina, como os de outros quadrantes, sofreram as conseqüências da crise econômica, assim como enfrentaram as mudanças que marcaram a política internacional. Em nossa região, surgiram ou recrudesceram questões litigiosas, cujo correto encaminhamento desafiou a capacidade política e o sentimento de solidariedade das Américas.

Os fundamentos da política externa brasileira, porém, jamais deixaram de ser a soberania, o desenvolvimento, a paz e a segurança.

Para sua consecução, declarei, desde os primeiros dias, que meu Governo deveria praticar uma diplomacia pragmática, responsável e ecumênica. Fixei, nesse contexto, prioridade especial para as relações com nossos vizinhos d'aquém e d'além mar, da América Latina e da África, ao mesmo tempo que adotei a diretriz de evitarmos alinhamentos automáticos, fazendo correções de curso quando se tornassem necessárias.

Com as nações irmãs da América Latina, procurou o Brasil intensificar e expandir todo o tipo de relações de cooperação e intercâmbio, esforço esse que muito se beneficiou das coincidências que naturalmente existem entre povos, a todos os títulos, tão próximos.

Foram importantes os êxitos dessa política. O Brasil participou de maneira aberta e construtiva do diálogo multilateral latino-americano, bem como procurou colaborar para a paz e desenvolvimento da região. Com nossos vizinhos do Prata e da Amazônia, com o Chile e Equador, com os países da América Central e do Caribe e com o México, buscou o Governo executar empreendimentos bilaterais de importância e de benefício mútuo e equilibrado. Merece igualmente relevo o esforço que realizamos no contexto do Sistema Econômico Latino-Americano. Pôde, ainda, o Brasil tomar a iniciativa de unir-se a seus vizinhos amazônicos, na negociação e assinatura do Tratado de Cooperação Amazônica, com vistas à exploração e defesa do patrimônio daquela vasta região.

A política africana assentou-se na apreciação objetiva das vicissitudes que cercam o processo de emancipação dos países submetidos à dominação colonial e na consciência de que afinidades e convergências de toda ordem militam em favor do desenvolvimento e consolidação dos laços de fraternidade entre brasileiros e africanos.

Ligado à África pelo Atlântico, não poderia o Brasil deixar de interessar-se profundamente pelas aspirações dos povos daquele continente. O Governo afirmou suas decididas convicções anti-colonialistas e apoiou os esforços em favor da independência da Namíbia e do estabelecimento de um regime de maioria no Zimbábue, assim como manifestou seu repúdio às políticas e práticas racistas e à interferência estrangeira. Tempestivamente o Brasil reconheceu os Governos de Guiné-Bissau, Cabo Verde, Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe e, com eles, estabeleceu relações diplomáticas. Teve, assim, início um promissor relacionamento com os países africanos de expressão portuguesa, aos quais nos sentimos particularmente ligados.

Com relação aos países do Ocidente, nossa política externa foi especialmente ativa. O Brasil é historicamente parte do mundo ocidental. Com os Estados Unidos da América, principal país do Ocidente, nossas relações passaram por um processo de atualização e dinâmico reajustamento, dentro de um espírito de amizade e franqueza. É natural que o crescimento da presença internacional do Brasil seja acompanhado por dificuldades em nosso relacionamento, até com países que nos são próximos. Por isso mesmo, o Governo

procurou dispensar, às complexas relações que mantemos com os Estados Unidos da América, um tratamento que ensejasse a identificação mais fluente das áreas de coincidência e que permitisse o diálogo aberto, mas sereno, sobre questões onde houvesse divergência. Esse foi o sentido dos mecanismos de consulta, em alto nível, criados pelo Memorando de Entendimento de 1976, os quais se revelaram úteis nos momentos em que dificuldades bilaterais efetivamente surgiram.

Nossas relações com o Canadá, fortaleceram-se inclusive no campo político.

Por outro lado, conheceram importantes desenvolvimentos nossas relações com os países da Europa Ocidental, até então marcadas predominantemente por seu conteúdo econômico. Às visitas presidenciais à Europa e o estabelecimento de mecanismos de consulta em alto nível, com diversos países, assinalaram que os aspectos propriamente políticos dessas relações ganharam, igualmente, o primeiro plano, o que assegura ao Brasil não só um relacionamento bilateral mais rico, mas também uma capacidade ampliada de diálogo dentro do Ocidente. Devo ressaltar, especialmente, o Acordo de Cooperação para os Usos Pacíficos da Energia Nuclear, assinado com a República Federal da Alemanha, que nos permite o acesso às tecnologias do ciclo completo do combustível nuclear. A capacidade brasileira de resistir aos obstáculos internacionais opostos à implementação desse Acordo e de desfazer os equívocos em que os mesmos se baseavam é cabal demonstração do amadurecimento de nossa política externa, grandjeando o respeito da comunidade internacional.

Reforçaram-se, igualmente, as relações do Brasil com os países do Oriente Médio. Nosso país afirmou, de maneira clara, sua posição quanto à questão que separa árabes e israelenses. Afirmou o Brasil o direito de todos os Estados da Região a viver em paz e segurança, dentro de fronteiras reconhecidas. Sempre que necessário, o Governo brasileiro manifestou-se, em escala universal, contra a ocupação de territórios pela força, assim como reafirmou seu reconhecimento do direito do povo palestino à autodeterminação e à soberania. Defendeu o Brasil a aplicação das Resoluções do Conselho de Segurança e manifestou-se favorável à solução da questão do Oriente Médio por meios pacíficos.

Na Ásia, intensificaram-se as relações com o Japão, que é hoje um dos mais importantes parceiros do Brasil. O reconhecimento da República Popular da China, em 1974, foi um passo importante na evolução da política externa brasileira e abriu para o País novas possibilidades de atuação diplomática e de intercâmbio. Estreitaram-se as relações comerciais com a Austrália, a Indonésia e as Filipinas.

No *plano econômico*, o maior desafio da política externa foi conter o *deficit* de nosso balanço comercial e atuar sobre o *deficit* de serviços. Para tanto, não se pouparam esforços na busca de novos mercados, inclusive no Terceiro Mundo, e na exploração sistemática de tradicionais mercados europeus e norte-americanos. Nas organizações econômicas internacionais, defendemos, com ênfase, acordos de produtos primários que garantam receitas estáveis de exportação, acordos tarifários que assegurem o acesso de nossas ma-

nufaturas ao mercado internacional, bem como sistemas de pagamentos internacionais e regras de movimentação de capitais, que nos sejam mais benéficos.

As estruturas das relações econômicas internacionais, nas quais se inseriu a crise energética, tornaram flagrante a vulnerabilidade das economias nacionais, em graus diversos, às oscilações do sistema econômico mundial. No entender do Governo, é particularmente inquietante verificar que os sacrifícios reais terminam por ser absorvidos pelas populações das áreas menos favorecidas. Por essas razões, pronunciou-se o Brasil, com insistência, em favor do estabelecimento de uma ordem econômica internacional mais justa e equitativa.

*

* *

No campo político interno, preocupação dominante foi a de aperfeiçoamento das instituições, sem pôr em risco a paz e a ordem, adotando-se processo gradual, em consonância com a filosofia seguida desde o início do quinquênio que hoje termina.

Eis porque tanto se empenhou o Poder Executivo em realizar uma Reforma do Judiciário que atendesse a velhos e insistentes reclamos, tendo já sido dado o primeiro passo através de emenda constitucional, mas aguardando-se ainda sua complementação pela Lei Orgânica da Magistratura em exame no Congresso Nacional.

Por outro lado, em plano distinto mas não menos essencial, promoveu-se a redivisão territorial do país buscando solução aos problemas de duas de suas áreas

mais críticas, através da fusão dos antigos Estados da Guanabara e Rio de Janeiro e da muito ansiada divisão de Mato Grosso.

Entre os passos significativos que foram dados no correr do período, até 1977, vale citar, por certo, as eleições de 1974 e 1976, a primeira para renovação da Câmara dos Deputados, de um terço do Senado Federal e das Assembléias Legislativas, e a segunda, de âmbito municipal, ambas realizadas com todas as franquias para os candidatos e o eleitorado.

O ano de 1978 foi, sem dúvida, o de mais amplos debates políticos, dos quais participaram não apenas os titulares de mandatos eletivos e os candidatos que disputaram as preferências populares, mas toda a comunidade nacional, através de livres manifestações pela imprensa que exerceu o seu papel de veículo de idéias e de esclarecimentos à opinião pública.

Fato relevante foi a iniciativa do Governo enviando ao Congresso Nacional proposta de emenda à Constituição, promulgada a 13 de outubro, que, entre outras medidas para o restabelecimento de prerrogativas dos legisladores e magistrados, revogou os atos institucionais que vigoravam desde dezembro de 1968. Encontrando-se em plena vigência e aplicação efetiva, a Emenda n.º 11 representa, indiscutivelmente, mais um importante avanço no sentido da institucionalização do regime e do aprimoramento democrático.

Abolidas as penas de morte e de prisão perpétua e o banimento, cuidou o Governo de propor ao Poder Legislativo alterações substanciais na Lei de Segurança Nacional, do que resultou, em meio a modificações diversas, o abrandamento de penas consideradas excessivas.

Seguiram-se duas outras providências de inquestionável relevância: a revogação do banimento a que estavam submetidos diversos brasileiros — o que correspondeu ao propósito da Emenda Constitucional n.º 11 — e a declaração de extinção da Comissão Geral de Investigações.

As eleições para Presidente e Vice-Presidente da República, Governadores e Vice-Governadores dos Estados e Senadores por via indireta, bem como aquelas que renovaram as Assembléias, a Câmara dos Deputados e um terço do Senado, realizaram-se em clima geral de respeito e de ordem, sob a direta e vigilante fiscalização da Justiça Eleitoral, assinalando-se, no pleito de 15 de novembro, comparecimento em massa às urnas, numa demonstração do vivo interesse do povo pelos destinos da Nação.

A ARENA recebeu o maior número de votos de legenda, lídima expressão partidária; fez maioria em 18 Assembléias e conquistou representação paritária em uma delas, enquanto o MDB obteve maioria em apenas 3 dos órgãos legislativos estaduais. O partido do Governo elegeu 15 Senadores e a oposição somente 8, o que reforça o convencimento de que a ARENA teve excelente desempenho eleitoral.

O atual estágio de civilização faz com que as sociedades humanas se tornem sempre mais exigentes, visando à conquista de novas oportunidades e melhor padrão de vida. Em conseqüência, o complexo desafio que se tem pela frente, como país em desenvolvimento, torna-se ainda mais grave com a convivência de um processo de distensão política, porque, como é natural, exacerbam-se as reivindicações — muitas vezes desorde-

nadas — como resultado freqüente de manifestações demagógicas. É indispensável, portanto, evitar esse tipo de ação política, afastando-se qualquer pretexto de retorno aos erros e fantasias superadas pela racionalidade dos governos da Revolução de março de 1964.

*

* *

Eis por que, reafirmando agora, perante o Congresso Nacional, conceitos antes expendidos em mensagem à Nação, vale bem salientar:

«Justas apreensões quanto à ordem pública e à estabilidade política, no limiar de um período de amplias franquias democráticas e de possíveis excessos, devem encontrar conforto no sistema de salvaguardas constitucionais instituído para defesa do regime e das leis, e garantia da Segurança Nacional.

«E isso se não bastassem a coesão e fidelidade das Forças Armadas em seu papel constitucional de tranqüilas guardiãs da República, ao lado da robusta consciência patriótica de nosso povo.

«E haveremos de implantar, na vida nacional, padrões cada vez mais elevados de dignidade e de eficiência democráticas, ajustando corretamente os dois vetores básicos — o das franquias individuais e o da participação responsável de cada um no processo decisório das coletividades que integram, em vários níveis, o organismo nacional.

«Que as nossas elites, principalmente as políticas, saibam avaliar bem o momento histórico que vivemos

— término de todo um longo período autoritário de exceção, de que não houve como eximir-se a Nação — e estejam à altura das generosas aspirações do povo brasileiro.

Com sadio otimismo encaramos, assim, o futuro que de nós se aproxima, confiantes em que 1979 será um ano de sólidas realizações e nítidos avanços no progresso integrado desta nobre Nação brasileira, sob a gestão, em breve, de um novo Governo ao qual desejamos êxito pleno.»

8 DE MARÇO DE 1979

IMPROVISO NO PALÁCIO DO PLANALTO. POR
OCASIÃO DA VISITA DA DIRETORIA DA FEDERA-
ÇÃO DAS INDÚSTRIAS DE SÃO PAULO

Eu agradeço muito virem aqui hoje. Agradeço também esta placa que, para mim, é extraordinariamente valiosa, principalmente pelo que está escrito nela. Realmente, no quadro nacional, uma das coisas mais importantes que muitos não querem reconhecer é a ordem e a paz social para podermos trabalhar.

O Brasil tem que se desenvolver muito para elevar o nível de sua população, para nós podermos ter uma vida mais digna, para termos menos pobreza. Ora, não se reduz a pobreza apenas com palavras nem com demagogia. Só se reduz a pobreza com a produção. É preciso produzir e para produzir é preciso ter clima, é preciso ter ambiente, mas isso não quer dizer que se vá compactuar com a injustiça social. Pelo contrário. Nós devemos sempre nos esforçar em dar à nossa população condições sociais mais adequadas e eu acho que o meu governo, nesse aspecto, se esforçou muito.

Muitos criticam um conceito que eu expendo, às vezes, da democracia relativa, mas eu estou convencido de que a nossa democracia, como a de outros países, é relativa. Agora, nessa relatividade, o grau de relatividade pode ser maior ou menor. Aí, eu gostaria que ela fosse cada vez menos relativa, mais isto é um trabalho que depende não só do Presidente da República. Depende de todos. A democracia tem que ser de todos, assim como o desenvolvimento e o progresso também têm que ser um trabalho de todos.

8 DE MARÇO DE 1979

IMPROVISO NO PALÁCIO DO PLANALTO, AO RECEBER A VISITA DA DIRETORIA E DO CONSELHO DA COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA-CEPLAC.

Os resultados alcançados pelo cacau, neste meu quinquênio, foram realmente excepcionais. Creio que foi a fase de ouro do cacau. Devo, entretanto, destacar que este resultado foi, em grande parte, consequência de um trabalho anterior ao meu Governo. O esforço na área do cacau não começou no meu Governo, começou antes, através da CEPLAC. Quando eu visitei, em 73, a região, a CEPLAC já estava em plena atividade e trabalhando intensivamente em todos os sentidos: tecnológicos, de estímulo e de infra-estrutura da área para propiciar esse quadro. Isto quer dizer que eu acho que o meu Governo, em grande parte, colheu frutos semeados no Governo anterior. Mas, sei também que eu deixo sementeiras para o próximo governo neste terreno. Se eu me dediquei a esse problema, e se visitei essa região e passei durante o meu governo, constantemente, a querer saber como ia o plano do cacau, era pelo que essa cultura representa para a vida nacional. Não só para os empresários, para os homens do campo que trabalham na lavoura, mas pelo que representa em matéria de alimentação e sobretudo, em geração de divisas para o nosso país. Acho que o cacau nos ajudou muito do ponto de vista da balança de pagamento e o que nós temos, as perspectivas para os anos futuros, permite encarar com uma certa tranquilidade essa contribuição que o cacau vai continuar a dar. Mas, quero, nesta ocasião, destacar o que se fez

em matéria de cacau, o que representa um resultado de grande valia, mas cujo segredo está na capacidade do Governo e da empresa privada em se juntarem e se unirem num esforço comum. De um lado, o Governo através da CEPLAC, como impulsionador, como orientador sobretudo como elemento de tecnologia avançada nesse terreno, mas de outro lado, é o espírito empresarial que esteve aberto a receber essa contribuição e, mais ainda, a submeter-se a um sacrifício que lhe traz um certo ônus para financiar os programas que estão se desenvolvendo. Toda vez que o Governo e as atividades privadas (empresários) souberem se unir, com honestidade de propósitos para colher um resultado, eu creio que esse resultado virá e será benéfico para os empresários, mas será, sobretudo, benéfico ao País. Aliás, tenho muito prazer em recebê-los hoje, e neste quadro em que muitos se apresentaram com a fisionomia pessimista e assoberbados com os problemas brasileiros, com as enchentes, as estiagens, com frustração de uma safra, eu hoje me sinto satisfeito em ver fisionomias mais alegres como são a dos produtores do cacau. Continuem assim, e com os votos de que o Brasil cresça cada vez mais como produtor, assuma no quadro mundial o papel de liderança que ele pode conquistar, e que os preços não sejam exorbitantes, mas que sejam preços compensadores do esforço que se realiza essa cultura. Muito obrigado

12 DE MARÇO DE 1979

IMPROVISO NO PALÁCIO DO PLANALTO, AO RECEBER MEMBROS DA COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL DA ARENA.

Agradeço a vinda dos senhores, hoje, aqui, e particularmente às palavras do nosso Presidente do Partido, senador Sarney.

Eu creio que aquilo que ele disse a maior parte eu posso endossar, menos, evidentemente, as referências elogiosas que ele faz a mim, que talvez sejam mais fruto da amizade do que dos fatos reais que nós temos vivido durante esses cinco anos.

Eu me recordo que antes de ser eleito, ou antes de ser candidato do Partido eu ingressei na Arena. Mas esse meu ingresso não foi um ingresso formal, nem apenas para satisfazer uma exigência legal. Ele foi um ingresso consciente, e minha filiação ao Partido desde então, passou a ter toda a sua validade. Eu procurei governar com a Arena, procurei me servir da Arena e procurei servir à Arena, e acho que deste trabalho, tanto a Arena como eu nos entendemos e colhemos os melhores resultados, não em proveito de cada um de nós, os da Presidência da República e os do Partido, mas em proveito, de fato, de nosso País. Como bem disse o ilustre senador Sarney, a Arena nunca me faltou. Em várias oportunidades eu precisei do apoio maciço da Arena e esse apoio sempre me foi dado. Recordo que na primeira ocasião em que houve uma demonstração em massa da Arena foi quando nós procuramos obter, no Congresso, através de uma Emenda Constitucional, a aprovação da Reforma da

Magistratura. A Arena votou em massa. Em outras oportunidades, como a da sucessão Presidencial, a Arena também firmemente, esteve ao nosso lado, apesar de alardearem que a Arena estava dividida e que haveria traições dentro do Partido de modo a poder eleger o candidato da Oposição. E a Arena compareceu em massa, seja na indicação do candidato, seja na consagração nas urnas por ocasião da eleição Presidencial. E ainda há poucos dias, a Arena deu outro exemplo: já no fim do meu governo, às véspera do fim do meu governo, a Arena fez questão de aprovar a Lei da Magistratura. Então, eu sou grato e acredito que a Arena, dentro dessa adversidade dos interesses regionais e estaduais e as próprias divergências que naturalmente existem num Partido, das dimensões do nosso, existirão sempre num Partido de caráter nacional. A Arena sabe se unir e sabe se aglutinar em torno de certas questões dando demonstração de seu poder e de sua força. Eu sou muito grato por tudo isso.

Da minha parte, eu também trabalhei pela Arena, e trabalhei procurando fortalecê-la. Fui muitas vezes criticado por ir à praça pública, inclusive pedir votos do povo a favor da Arena, mas eu fiz conscientemente porque eu acho que a Arena tem de subsistir como Partido forte, para que este país possa ser governado atendendo aos reclamos de nosso povo que é tão carente de uma série de medidas e providências para que realmente possa evoluir como todos nós desejamos. E isso só se consegue com o Poder Executivo forte e que pode contar com respaldo adequado do Poder Legislativo. Se nós queremos um regime democrático, nós te-

mos que governar através da área política. E quem quer governar através de uma área política precisa ter esse instrumento que é o Partido. Isto é o que eu tenho procurado fazer e é o que estou convencido de que o meu sucessor também procurará fazer. É no partido, é na área política, que o Poder Executivo vai encontrar os meios para realizar aquilo que tem que fazer. Quero dizer que, nesses meus cinco anos eu procurei maior contato político com a área política. Não houve deputado, senador ou governador, ou deputado estadual ou prefeito da Arena, ou mesmo do MDB, que me pedisse uma audiência e que não fosse aqui recebido. Sempre os recebi, sempre estive aberto ao diálogo, à discussão franca, e mais do que isso, sempre procurei conciliar, sempre procurei unir, sempre procurei dirimir divergências, porque acho que só somando é que nós podemos realizar.

Sou, pois, muito grato à Arena e quero lhes dizer que, a partir do próximo dia 15, eu deixarei de ser o Presidente Honorário do Partido, mas serei um soldado, continuarei a ser um soldado do Partido, trabalhando para o seu fortalecimento, para o seu engrandecimento, porque tenho a convicção íntima de que esse é um fator essencial para que este País possa ser governado como ele exige. Muito obrigado.

15 DE MARÇO DE 1979

DISCURSO NO PALÁCIO DO PLANALTO: TRANSMISSÃO DA FAIXA PRESIDENCIAL AO GENERAL JOÃO BAPTISTA DE OLIVEIRA FIGUEIREDO.

Nesta cerimônia tão singela e formal, após haver Vossa Excelência, Senhor João Baptista de Oliveira Figueiredo, tomado posse como Presidente da República, perante o Congresso Nacional, cabe-me transmitir-lhe a Chefia da Nação, entregando-lhe o símbolo da autoridade presidencial.

Faço-o com profunda e justificada satisfação por ver Vossa Excelência ascender à Suprema Magistratura do Brasil, cargo que — tenho plena convicção — exercerá brilhantemente, com suas aptidões pessoais, provadas e confirmadas ao longo de toda uma existência dedicada à causa pública.

Satisfação por libertar-me, após cinco longos anos absorvidos por incessantes trabalhos e cuidados, da imensa responsabilidade, inerente ao exercício do Governo, que sobre mim pesava, e também por libertar-me para ir e vir, discretamente a sós quando isso me apetecer, para viver a vida pacata de um simples cidadão, para dizer, alto e bom som, o que quiser e para criticar como tantos, com acrimônia impiedosa mas gratificante, as ações e omissões dos outros.

Satisfação, ainda, por poder recolher-me ao lar com a consciência tranqüila de haver cumprido, sem omissão, o meu alto dever, dentro do limite de minhas forças.

Realizamos, nesses cinco anos, tarefa ingente, obedecendo, com determinação e sem fraudar a confiança

em nós depositada, os ditames da nossa Revolução: com ordem garantida e desenvolvimento integrado, proporcionar o progresso nacional, objetivando assegurar bem-estar ao homem brasileiro.

Num período de tão fortes e bruscos desbalanços na conjuntura mundial, tivemos insofismável crescimento real e seguro, posto que não brilhante, da economia do país. Realizamos, sem dúvida, efetivo progresso social, melhorando a qualidade de vida da população, tanto nos grandes centros apinhados de migrantes, como no interior ainda desassistido de muito. A integração nacional tornou-se mais sólida e íntima, pela maior vinculação das diferentes áreas do país, pelo contínuo esforço para vencer os desequilíbrios regionais e, notadamente, pelo extraordinário espírito de união que caracteriza nossa gente.

Somos hoje uma Nação que se projeta mais e mais no cenário mundial, amadurecida e responsável, gozando de sólida credibilidade internacional e dia a dia menos vulnerável a pressões quaisquer que venham do exterior. Somos um povo que se reencontra, alviçareiro, com sua destinação democrática, aperfeiçoando gradualmente suas instituições políticas e sua dinâmica partidária.

Todas as realizações que se possam apontar em meu Governo são fruto, em essência, de um contínuo e coordenado esforço comum em que me cabe reconhecer e agradecer: a atuação esclarecida e operosa dos ilustres Ministros de Estado; a cooperação harmônica dos Poderes Legislativo e Judiciário; a coesão das Forças Armadas; o entrosamento com os Governos Estaduais; o apoio permanente da Aliança Renovadora Nacional; o trabalho pro-

duto dos diferentes escalões e entidades governamentais, particularmente de seu corpo de funcionários e, sobretudo, com destaque especial, a compreensão e apoio do povo que, resignado e bom, em meio às naturais dificuldades da vida, em todos os recantos do nosso imenso país, onde com ele pude conviver, em às vezes breves encontros, mas sempre em reencontros de elevados sentimentos cívicos, soube manifestar enternecedora comunhão e simpatia na frase, no gesto, na comoção contagiante com a pessoa de seu Presidente.

Essas, aliás, as fontes do realento na dura jornada presidencial, em que há de renovar-se diariamente o ânimo para enfrentar dificuldades de grandeza correspondente à magnitude das aspirações de nossa gente. Dificuldades que Vossa Excelência igualmente enfrentará, pois sempre existiram e existirão, próprias de um país continente cuja infra-estrutura ainda não se ajusta ao ímpeto de progredir com celeridade crescente, dificuldades próprias de uma nação jovem, em franca evolução, inabalavelmente determinada a realizar, sem mais demora, o destino grandioso que Deus lhe reserva.

Faço votos, Senhor Presidente, de que sob a condução esclarecida e enérgica de Vossa Excelência, prossiga o país em sua marcha ascensional para esse futuro bem mais adulto de grandeza, de justiça e de paz.

E, em particular, que nossa vulnerável e tenra democracia brasileira — na imanente relatividade que é o que lhe assegura oportunidades sempre novas de adaptação e melhoria crescentes — se robusteça e reafirme como uma democracia bem integrada nos planos econômico, social e político.

A Vossa Excelência, Senhor Presidente, que Deus o proteja.